

EDITORIAL

Direitos Humanos e Vulnerabilidade Social

Iniciamos mais um ano tentando lidar com as consequências da pandemia da COVID-19; muitas e assaz complexas situações enfrentadas nos últimos dois anos, finalmente foram paulatinamente superados, graças à ciência e à resiliência humana... todavia, infelizmente, outras ameaças permanecem à espreita, especificamente no que diz respeito aos direitos humanos.

Em tempos de transformação e de transição, variadas são as oportunidades para a superação dos obstáculos, mas também, na mesma medida, são imensos os desafios.

Nesse momento, o mundo vivencia uma guerra de proporções globais, que ameaça à vida e desafia as organizações internacionais quanto à proteção dos mais vulneráveis e à própria condição humana em todo o globo.

As consequências da guerra entre Rússia e Ucrânia são vistas diariamente nos noticiários, violações à dignidade de refugiados que,

não raro, se espalham pelo mundo em meio a disseminação do terror e do medo, o que acaba sendo sentido em todas as partes.

Além disso, consequências econômicas nefastas também são sentidas e, conseqüentemente, acabam por atingir de maneira diferente cada pessoa ou coletividade. No entanto, fica mais evidenciada a face mais cruel da nova ordem em detrimento dos mais pobres e excluídos.

Não bastassem as dificuldades que hoje já nos assolam em razão da retração econômica, das ameaças do próprio governo brasileiro à democracia nacional, experimentamos hoje uma crise econômica de proporções gigantescas que sucumbem os brasileiros a reviverem os momentos difíceis do início da década de 1990 – inflação, recessão, desemprego e o temor em face da violência urbana, cada vez mais próxima.

Os objetivos constitucionais de erradicação da pobreza, redução das desigualdades e promoção do desenvolvimento estão cada vez mais distantes de serem alcançados e as definições de democracia, participação política ainda mais difíceis de serem colocadas em prática.

É certo que o momento atual figura-se como um dos mais complexos e mais desafiadores para a ciência em todas as suas searas. Na mesma proporção que conseguimos combater a maior pandemia da era contemporânea, produzimos vacinas eficazes em pouco tempo para encarar uma das doenças mais cruéis que a humanidade já enfrentou, estamos ainda a engatinhando na busca pela realização da paz.

Como enfatizado, as consequências econômicas de todas essas dificuldades são sentidas na realidade das pessoas – o poder de compra, a dificuldade de acesso aos bens mínimos, como alimentação, vestuário, moradia, tem se tornado “artigo de luxo”... os grandes desafios para a Academia tem se colocado tarefa árdua, com a redução

dos investimentos e o clima de perseguição que tem se espalhado, construir reflexões e críticas sociais, sob o manto da ciência jurídica promove um espaço de desafios sem precedentes.

A sociedade está exausta, enfim; ora, a comunidade acadêmica, os professores, alunos e todos os que trabalham na produção científica são obrigados a superar, diuturnamente, desafios inimagináveis para colocar em prática as suas pesquisas e para utilizar as plataformas para divulgar os seus resultados.

Ser parte da estrutura que dá suporte à produção científica é enfrentar inúmeros desafios para que cada um dos trabalhos que estão aqui reunidos possam ser colocados a disposição do público, sempre com o compromisso inarredável com a qualidade, com respeito às regras editoriais cada vez mais exigentes e até, algumas vezes, contraditórias.

Esse é o panorama no qual estamos imersos e é por essas razões que trazer à lume mais uma edição da *Prim@Facie* é motivo de comemoração. Por isso utilizamos o termo resiliência no início deste texto.

Este número, 46, do ano de 2022, abre os trabalhos comemorativos para o vigésimo ano de criação do nosso periódico. É, como se verbalizou linhas anteriores, nesse caldeirão de dificuldades cada vez maiores e desafiadoras que as reflexões, construções e críticas presentes no atual número 46 da *Prim@Facie* vêm à público, irrompendo barreiras e tentando discutir temas essenciais para a construção crítica e dialética em torno dos direitos humanos.

Vivemos, pois, este momento de busca por dias melhores e pela superação de todo esse clima de dificuldades... mas não são apenas dificuldades, neste ano de 2022, temos também o que celebrar, diante de tantos desafios se celebra também os 20 anos da nossa revista!

Assim, achamos oportuno trazer como núcleo central das discussões, os direitos humanos e a vulnerabilidade social, como forma de chamar atenção e reivindicar, a partir dos textos e temas entrelaçados neste número.

São discussões profundas acerca da inclusão e igualdade de gênero de mulheres negras e todas as suas lutas, a proteção e a preocupação social em torno da inclusão social de jovens egressos de centros de atendimento a crianças e adolescentes, o reconhecimento da educação integral como fator para a promoção do acesso ao trabalho e ao desenvolvimento, a necessidade de políticas afirmativas para as mulheres chefes de família, os desafios para o mundo do trabalho em face do biopoder que conduz as decisões políticas no Brasil, além de outras discussões acadêmicas importantes que se complementam nessa edição.

Assim, de maneira específica, os textos dessa edição se entrelaçam a partir da reflexão quanto à luta e à necessária realização dos direitos humanos em prol das pessoas mais vulneráveis. Desta maneira, os autores Fernanda da Silva Lima e Leandra da Silva Sousa, do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense, analisam, a partir da investigação das atas dos conselhos de direitos, como os direitos das mulheres negras no município de Criciúma estão sendo planejados pelos Conselhos de Direitos em âmbito local para o enfrentamento do racismo e do sexismo, considerando as opressões interseccionadas por vários eixos de subordinação.

Os autores, André Viana Custódio e Meline Tainah Kern do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul analisam as estratégias de atendimento aos egressos dos

serviços de acolhimento de crianças e adolescentes na alta complexidade da assistência social através do incentivo à criação de uma rede de apoio aos egressos do serviço de acolhimento de crianças e adolescentes pela maioria, com a formulação e execução de políticas públicas específicas de atendimento aos jovens.

Na mesma esteira de preocupação com a realização dos direitos sociais, Rodrigo Vitor, da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, e Robson Antão de Medeiros, da Universidade Federal da Paraíba, apresentam dados estatísticos, com base em instrumentos nacionais e internacionais, os quais demonstram a correlação entre educação, trabalho e desenvolvimento, e como mudanças decorrentes das necessidades sociais e do mercado de trabalho demandam mudança no conceito e nos objetivos da educação, defendendo a existência de uma relação direta entre educação e empregabilidade.

Rosendo Freitas Amorim e Jônica Queiroz Vieira, da Universidade de Fortaleza, destacam os entraves, dificuldades e problemas enfrentados das mulheres, chefes de famílias monoparentais, na atual conjuntura social brasileira, discutindo o papel da mulher como chefe familiar, provedora do lar e mãe, sendo esta ainda vulnerável socialmente por resquícios de uma sociedade patriarcal.

Rafael Bueno da Silva, Jefferson Aparecido Dias e Walkiria Martinez Heinrich Ferrer, da Universidade de Marília dedicam-se a analisar como a Reforma Trabalhista no Brasil transferiu o biopoder exercido sobre a vida e a saúde do trabalhador, no meio ambiente do trabalho, do Estado para as empresas.

Na sequência, Hilbert Melo Soares Pinto e Tanise Zago Thomasi da Universidade Federal de Sergipe, apresentam as principais projeções do direito ao desenvolvimento na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela Organização das Nações Unidas em 2007, através do levantamento qualitativo em torno da Convenção de 2007, mas

também da sua influência em uma série de disposições, medidas e obrigações, com expressões que, ao fim e ao cabo, orientam a formação do direito das pessoas com deficiência no sentido da ampliação de suas capacidades e liberdades.

Seguindo, de maneira complementar a construção crítica que se pretende abordar nesta edição, os autores Lívia Leite e Martonio Mont'alverne, também da Universidade de Fortaleza, recuperam a trajetória de Bernardo Pereira de Vasconcelos, uma proeminente figura na construção do Brasil pós-independência, principalmente por sua atuação durante o Regresso conservador. O texto aborda ainda a contribuição de Bernardo de Vasconcelos como agente de Estado e jurista, na formação do pensamento constitucional próprio de terras brasileiras.

Mateus Rodrigues Lins e Humberto Cunha Filho, em profícua parceria, analisam em que medida, a partir do corpo normativo brasileiro, se pode verificar a proteção aos direitos autorais do tatuador a partir do momento em que a tatuagem passa a integrar o corpo do tatuado, identificando quais são as limitações e modulações ao art. 24 da Lei nº 9.610/98.

Por fim, os autores Gabriel Vieira Terenzi e Marcos César Botelho da Universidade Estadual do Norte do Paraná, refletem e avaliam a possibilidade jurídica de que formas de impressão auditável do voto sejam recepcionadas pelo filtro constitucional brasileiro, sem incidir em hipóteses de retrocesso ou violação ao sigilo e à liberdade do voto, conforme foi entendido pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5889.

É com o alento da criticidade contida no *telos* desta Revista e no dever de esperança que pode mobilizar o saber e o conhecimento, convidamos leitoras e leitores a ingressarem na conjuntura de reflexões e debates em torno dos direitos humanos, que confere suporte a essa primeira edição celebrativa dos nossos 20 anos!

Boa leitura!

João Pessoa, 21 de junho de 2022

JAILTON MACENA DE ARAÚJO

Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas
Editora-Chefe da Revista [Prim@ Facie](#)

DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1678-2593.2022v21n46.63442>

Conteúdo sob licença *Creative Commons: Attribution-NonCommercial-NoDerivative 4.0 International* (CC BY-NC-ND 4.0)

